

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRA: REVISÃO INTEGRATIVA

Laura Minuci Melo (PIBIC-Cnpq-FA-UEM), Anny caroline (Co-autora), Luana Cristina Bellini (Coorientadora), Marcelle Paiano (Orientadora)

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências da Saúde, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Enfermagem/Enfermagem de Saúde Pública

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Educação inclusiva; Escolas públicas.

RESUMO

O objetivo do estudo foi analisar na literatura científica as estratégias, desafios e avanços da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas públicas brasileiras. Trata-se de uma revisão integrativa, realizada nas bases Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), MEDLINE, SCOPUS e Web of Science, a partir da estratégia PICO. Identificaram-se 14 artigos que abordaram práticas pedagógicas, dimensões sociais e desafios estruturais da inclusão. Os principais benefícios encontrados incluem o uso do Plano Educacional Individualizado (PEI), tecnologias digitais, histórias sociais e estratégias de mediação, que favorecem a aprendizagem e a socialização dos alunos. Entre as barreiras, destacam-se a insuficiência de recursos humanos e materiais, a formação docente limitada, a subutilização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a distância entre a legislação e a prática cotidiana. Conclui-se que a inclusão de crianças com TEA no ensino público brasileiro constitui um processo em construção, que requer investimento em infraestrutura, capacitação docente e fortalecimento de uma cultura escolar inclusiva para efetivar os princípios de equidade e qualidade na educação.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista é um distúrbio do neurodesenvolvimento que envolve dificuldades na comunicação, interação social e comportamentos repetitivos e foi reconhecido como diagnóstico desde os anos 1940, sendo incluído no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais apenas em 1980. No Brasil, pessoas com TEA têm status legal de pessoa com deficiência (Vasconcellos; Rahme; Gonçalves, 2020). O TEA atinge todos os grupos sociais e étnicos, sendo mais comum em meninos e, nas meninas, os sintomas tendem a ser mais sutis. Aproximadamente dois milhões de brasileiros possuem o diagnóstico (Vasconcellos; Rahme; Gonçalves, 2020). Quanto à etiologia, existe uma interação complexa de fatores genéticos e ambientais, sem causa única definida. Legalmente, a Lei nº 12.764/2012 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com

TEA, garantindo acesso à educação e acompanhamento especializado em escolas regulares, públicas ou privadas (Brasil, 2012). Internacionalmente, a ONU defende o direito à educação inclusiva e de qualidade entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Apesar desses avanços, no Brasil persistem desafios como baixa participação escolar, retenção, ausências frequentes, falta de preparo dos professores e escassez de práticas pedagógicas baseadas em evidências (Costa; Schmidt; Camargo, 2023). O movimento pela educação inclusiva busca reconfigurar as relações sociais, promovendo parcerias para oportunidades igualitárias, mas enfrenta limitações devido à formação docente insuficiente, recursos limitados e estigmas sociais. A continuidade dessas dificuldades demonstra a urgência de intervenções mais eficazes (Costa; Schmidt; Camargo, 2023). Justifica-se, portanto, a realização desta pesquisa, que tem por objetivo identificar, na literatura científica, estratégias, desafios e avanços da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista em escolas públicas brasileiras.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta revisão integrativa segue seis etapas sistemáticas segundo Mendes, Silveira, Galvão (2008), visando sintetizar conhecimentos, identificar lacunas e propor estudos sobre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista nas escolas públicas brasileiras. Utiliza a metodologia PICo para formular a questão orientadora sobre como se dá essa inclusão. São incluídos artigos originais em português, de acesso livre e sem restrição temporal; publicações cinzentas, editoriais e revisões serão excluídas. A busca ocorreu em dezembro de 2024 nas bases BVS, MEDLINE, SCOPUS e Web of Science, com termos DeCS e Mesh em português e inglês, e estratégias adaptadas conforme a base. Dois revisores independentes selecionaram os estudos, descartando duplicatas, analisando títulos, resumos e textos completos. O processo segue o fluxograma PRISMA. As informações colhidas abrangem título, revista, metodologia, participantes, principais achados e classificação do nível de evidência. Identificam-se 496 publicações, 75 elegíveis e 15 analisadas na amostra final. Os estudos foram analisados descritivamente em duas categorias. Não se exige aprovação ética, pois são utilizados dados públicos.

RESULTADOS

Os resultados serão apresentados em três categorias temáticas, conforme demonstrado a seguir.

Categoria 1: Práticas Pedagógicas e Recursos Educacionais

Os estudos analisados destacam que, embora existam estratégias para inclusão de alunos com TEA, como colaboração escola-família, adaptação curricular e apoio individualizado (Vasconcellos, Rahme e Gonçalves, 2020), a formação docente ainda é um desafio. Práticas como o Plano Educacional Individualizado, capacitação continuada, mediação por colegas e uso de histórias sociais e jogos cooperativos

mostram impacto positivo, mas a falta de recursos e barreiras colaborativas persistem (Costa, Schmidt e Camargo, 2023; Oliveira et al., 2021).

Categoria 2: Desenvolvimento Humano e Relações Sociais

A formação docente influencia atitudes diante da inclusão de alunos com TEA, demonstrando efeitos positivos quando baseada em práticas e colaboração família-escola (Cabral; Falcke; Marin, 2021). No entanto, persistem desafios ligados à carência de conhecimento técnico, insegurança, falta de estratégias inclusivas e menor domínio sobre o TEA (Rodrigues e Sales, 2024; Oliveira et al., 2021). Alunos típicos tendem a perceber colegas autistas de forma positiva, apesar de déficits sociais entre crianças com TEA serem encontrados (Agridino-Ramos; Lemos; Salomão, 2019). O trabalho multiprofissional e a integração saúde-educação são considerados relevantes (Vasconcellos, Rahme e Gonçalves, 2020).

Categoria 3: Desafios Sistêmicos e Estruturais

O acesso e permanência de estudantes autistas no sistema educacional ainda são frágeis, com baixas taxas de matrícula, alta evasão e dificuldades de transição (Vasconcellos, Rahme e Gonçalves, 2020). A implementação das políticas é desigual devido a limitações de recursos, poucos profissionais capacitados e desafios organizacionais (Oliveira, 2021). Apesar de avanços em matrículas por obrigatoriedade legal, o desempenho escolar e as práticas efetivas nas escolas seguem insuficientes, sendo essencial reforçar a formação docente e institucionalizar práticas mais inclusivas (Oliveira, 2021).

DISCUSSÃO

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é reconhecido como instrumento central na inclusão de crianças com TEA nas escolas públicas, apoiando a adaptação curricular e o trabalho colaborativo. Sua associação com tecnologias fortalece práticas inclusivas (Costa, Schmidt e Camargo, 2023). Tablets e aplicativos digitais apresentam potencial para apoiar o aprendizado, desde que haja infraestrutura e formação adequada (Oliveira, 2021). Persistem desafios na confiança docente, apesar dos investimentos em capacitação (Rodrigues; Sales, 2024).

A Lei nº 12.764/2012 garante matrícula de crianças com espectro autista em escolas regulares, mas isso não assegura participação efetiva gerando barreiras estruturais e culturais, apesar dos avanços legais. A falta de recursos e profissionais qualificados limita o atendimento educacional especializado (Cabral; Falcke; Marin, 2021). As percepções docentes determinam práticas mais ou menos inclusivas (Agridino-Ramos; Lemos; Salomão, 2019). A efetividade da inclusão depende do compromisso com uma cultura escolar inclusiva.

CONCLUSÕES

A revisão indica que a inclusão de crianças com TEA nas escolas públicas brasileiras avança com o uso de estratégias pedagógicas e recursos, mas enfrenta desafios como falta de formação docente e recursos adequados. O fortalecimento da

cultura inclusiva e investimentos contínuos são considerados essenciais para uma educação de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Cnpq e a Universidade Estadual de Maringá pelo financiamento e apoio para o desenvolvimento deste estudo.

REFERÊNCIAS

AGRIPINO-RAMOS, C. S.; LEMOS, E. L. DE M. D.; SALOMÃO, N. M. R. Vivências escolares e transtorno do espectro autista: o que dizem as crianças? **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 3, p. 453–468, jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União, Brasília, DF**, 27 dez. 2012. DOI: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm

CABRAL, C. S.; FALCKE, D.; MARIN, A. H. Relação família-escola-criança com transtorno do espectro autista: percepção de pais e professoras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, e0156, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0156>.

COSTA, D. D. S.; SCHMIDT, C.; CAMARGO, S. P. H. Plano educacional individualizado: implementação e influência no trabalho colaborativo para a inclusão de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. e280098, 2023.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758–764, 2008. DOI: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ>

OLIVEIRA, L. D. P. DAL S. de et al. Transtorno do espectro autista: capacitação de professores para atividades escolares em grupo. **Psicologia da Educação**, n. 52, p. 74-85, 2021. DOI: <https://doi.org/10.23925/2175-3520.2021i52p74-85>.

RODRIGUES, S. R. DE M. C.; SALES, L. C. Necessidades formativas do professor frente à demanda de alunos da educação especial em classes comuns. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 30, p. e0097, 2024.

VASCONCELLOS, S. P.; RAHME, M. M. F.; GONÇALVES, T. G. G. L. Autism spectrum disorder and educational practices in professional education. **Revista**

34º Encontro Anual de Iniciação Científica
14º Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior



12 e 13 de novembro de 2025

Brasileira de Educação Especial, v. 26, n. 4, p. 555-566, out. 2020. DOI:
<https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0060>. MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R.
C.

